

**Aulas de pronúncia de línguas estrangeiras em contexto intercultural:
inteligibilidade, comunicabilidade e variação linguística**

**Pronunciation lessons in Foreign Language in intercultural context: intelligibility,
communicability and linguistic variation**

Adilson da Silva Correia – UNEB, Campus II¹

Eliana Santos – UNEB, Campus II²

RESUMO: Este trabalho é uma reflexão sobre as práticas de professores de Língua Inglesa, em contexto de Língua Internacional, e se fundamenta na forma de lidar com a compreensão oral. A partir da premissa do empoderamento da compreensão escrita e do desprestígio da fala em aulas de Inglês como língua estrangeira, o estudo faz referências a autores como Jenkins (2000) e Pagotto (2004), os quais problematizam a relação entre os diversos falares e a pronúncia como elemento identitário e em estreita menção de que os contextos de fala são importantes para entender as formas de oralidade em sala de aula de línguas estrangeiras. Consubstanciados nessa premissa, buscamos tratar o ensino de pronúncia e de compreensão oral segundo concepções de inteligibilidade e de comunicabilidade que prezam a função comunicativa da fala e a interação entre falantes objetivando mediar acordos e conflitos. Assim, o artigo problematiza questões sobre o ensino-aprendizagem da oralidade em língua inglesa, e define princípios que norteiam suas práticas em contextos interculturais. Além disso, temas fonéticos e fonológicos que podem ser considerados para estudos e pesquisas no campo da pronúncia foram propostos. Vale salientar que os princípios aqui desenvolvidos podem ser aplicados ao ensino-aprendizagem de qualquer língua estrangeira, muito embora aspectos da língua inglesa tenham sido priorizados.

PALAVRAS-CHAVE: Pronúncia. Língua Inglesa. Interculturalidade. Interfonologia. Variação linguística.

ABSTRACT: This study is a reflection on teaching practices of English in the context of International Language, and is based upon ways on how to work oral comprehension. From the premise of the overvaluation of written comprehension and the neglecting of speech in the classes of English as a Foreign language (EFL), this text makes references to authors such as Jenkins (2000) and Pagotto (2004), who discuss the relationship among speech varieties and pronunciation as elements of identity in a close mention that the speech contexts are important so to understand speech diversity in the classroom of foreign languages. Based on this premise, the teaching of pronunciation and oral comprehension was dealt with according to the conceptions of intelligibility and communicability which value the communicative function of speech and the interaction among speakers whose goal is to mediate agreements and conflicts. Thus, this article discusses some questions related to the teaching of pronunciation and oral comprehension in English language classes, and defines principles which guide practices for the teaching of pronunciation in intercultural contexts. Furthermore, phonetics and phonological themes which can be taken into account for

¹ Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia e Professor Assistente do Departamento de Educação, Campus II, da Universidade do Estado da Bahia. acorreia@uneb.br.

² Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia e Professora Assistente do Departamento de Educação, Campus II, da Universidade do Estado da Bahia. ee.santos2014@gmail.com.

studies and research in the pronunciation area, were proposed. The principles mentioned here can be applied to the teaching of any foreign language, even though aspects of the English language were prioritized.

KEY WORDS: Pronunciation. English language. Interculturality. Interphonology. Linguistic variation.

1 INTRODUÇÃO

É muito longa e conseqüente a trajetória percorrida por educadores, metodólogos, linguistas aplicados e autores de materiais didáticos no desenvolvimento de metodologias voltadas ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras (LEs). É um caminho repleto de inovações que foram aprimorando-se, complementando-se e/ou substituindo o que já estava posto.

Desta forma, a oralidade e a escrita receberam tratamentos diversos nas diferentes metodologias de ensino-aprendizagem de LEs, conforme o desenvolvimento das concepções de língua. Em alguns momentos, a escrita era mais priorizada em detrimento da oralidade, em outros, a oralidade era valorizada (CHAGAS, 1967; RICHARDS; RODGERS, 2001).

No Método Clássico, por exemplo, atenção especial era dedicada à gramática e à tradução de textos, enquanto que pouquíssima ou nenhuma importância era dada à fala, já que a língua não estava sendo ensinada visando à oralidade, mas à proficiência em leitura com foco nas formas gramaticais e nas regras de tradução (RICHARDS; RODGERS, 2001), como se a oralidade pudesse ser desvinculada das formas escritas e nenhuma curiosidade pudesse surgir no sentido de saber como se diziam as palavras dos textos escritos.

Já na década de 1960, com o Método Audiolingual, pôde-se perceber uma inversão na forma de ensinar e de aprender línguas. Nesse instante, buscou-se valorizar a fala, com especial atenção à pronúncia adequada, em detrimento da escrita, fundamentando-se nos estudos da fonética e da fonologia que, como ramo da Linguística, empreendiam estudos descritivos e sistematizados dos sons da fala humana. Desta sorte, as aulas de LEs passam a ter a pronúncia como elemento importante e pouquíssimas explicações sobre a gramática eram fornecidas aos estudantes.

Não obstante os aperfeiçoamentos na forma de lidar com a pronúncia no planejamento escolar e os avanços nos estudos da Fonologia e da Fonética, mesmo

assim o valor da fala na sala de aula de LEs foi diverso e orientado por diferentes metodologias em diferentes épocas.

Assim, o Método Audiolingual pretendia, por meio de continuados exercícios de repetições que os aprendizes falassem a LE de forma a alcançar uma pronúncia próxima a do nativo. Buscava-se, por incessantes repetições, que os aprendizes falassem a língua através de exercícios mecânicos e de memorizações, conhecidos por *drills*. Nesse método, a fala era uma demanda preenchida por mecanismos de memorizações e de intensas repetições, levando a alguns metodólogos a classificar tais ações em exercícios monótonos. (RICHARDS; RODGERS, 2001; BROWN, 2007)

Com o declínio da metodologia audiolinguista no ensino de LEs, a Abordagem Comunicativa, forjada nos estudos de linguistas que se envolviam com a natureza humana da comunicação, ganha espaço e passa a implementar e a desenvolver a noção da competência comunicativa nas aulas de LEs já na década de 1980.

Nessa proposta, ser comunicativamente competente é estar preparado para usar a língua adequadamente em diferentes contextos para atingir propósitos comunicativos. Neste sentido, a competência comunicativa representa um leque de domínios linguísticos e extralinguísticos, envolvendo não somente a competência gramatical, por muito tempo tida como o dogma de ensino de línguas, mas também a competência sociolinguística, a competência discursiva e a competência estratégica.

Segundo Richards e Rodgers (2001), o ensino de línguas centrado na proposta comunicativa visava à fala em contextos de comunicação e à busca de uma pronúncia compreensível posto ser possível uma comunicação efetiva entre diferentes falantes de diferentes línguas.

A Abordagem Comunicativa, centrada na proposta de uma linguística antropológica, com o passar do tempo, intensificou a relação entre língua e cultura, a ponto de transformar o binômio língua e cultura em língua-cultura indissociadamente, formando um só elemento de estudo teórico-metodológico.

Atualmente, a abordagem intercultural, que se fundamenta no conceito de língua-cultura (MENDES, 2004), não mais compreende língua e cultura como elementos separados de estudo e que se juntam para formar a compreensão antropológica de língua já propagada pela Abordagem Comunicativa. Ao contrário, o elemento uno língua-cultura forma a concepção contemporânea de linguagem para o ensino de LEs e se intensifica

pela noção do respeito e da compreensão pela fala do outro, levando em consideração as formas das diferentes culturas expressarem os diversos comportamentos linguísticos.

Por este meio, houve um deslocamento na concepção de se comunicar com o outro mediante o emprego de novas concepções metodológicas e teóricas. Em uma proposta intercultural, a noção de falante interculturalmente competente remete à ideia de pessoas diferentes e de línguas diferentes aprendendo outras línguas por vários motivos. As línguas são construções humanas e usadas em diversas ações humanas a fim de que os falantes possam se compreender, agir e estabelecer convivências.

Interculturalmente, a noção de pronúncia em LEs se deslocou de uma forma em que o que se prezava era a comunicação entre os falantes sem a preocupação exagerada com uma pronúncia próxima ao do nativo, considerada adequada e efetiva, para uma forma avançada de entender e respeitar as várias pronúncias e os diferentes sotaques nas diversas trocas comunicativas.

2 ENSINAR-APRENDER PRONÚNCIA EM AULA DE LEs: DILEMAS E AVANÇOS NA METODOLOGIA

Muitos professores de LEs ainda se mostram preocupados com a real necessidade das aulas de pronúncia nas escolas brasileiras e com a sistematização dessas aulas a fim de se buscar a eficiência na compreensão oral dos aprendizes, aqui entendida como a comunicação interlinguística, implicando não somente falar compreensivelmente, mas também ouvir e se manifestar compreensivelmente ao que é ouvido.

Richards e Renandya (2008) apresentam indagações frequentes dos professores referentes ao ensinar a pronúncia, tais como: “É válido ensiná-la?”, “Quão eficazes são as várias abordagens para o ensino de pronúncia, encontradas nos livros e nos demais materiais didáticos?”, “Faz sentido trabalhar com exercícios de repetição?”, “O que deve ser feito como os persistentes erros de pronúncia dos alunos?”, “É possível ensinar entonação e ritmo, ou eles são simplesmente captados através da exposição?”

Nas indagações dos autores, observa-se que a pronúncia se apresenta como um feixe constitutivo de múltiplos traços: segmentais referentes aos sons vocálicos e consonantais da fala e suprasegmentais, tonicidade, entonação, ritmos e a própria musicalidade da língua em diversas situações da fala.

As indagações de Richards e Renandya (2008), bem como as observações diretas empreendidas por nós nas escolas públicas, no município de Alagoinhas – Bahia, conduzem-nos a uma série de argumentos que leva às razões pelas quais a pronúncia tenha recebido pouco prestígio no ensino de LEs, dentre elas:

- envolvimento das escolas com propostas orientadas para provas de ENEM e de exames de ingresso em Universidades, o que intensifica o uso e a aplicação de atividades as quais conduzem à habilidade de leitura de diversos textos escritos;
- infraestrutura da sala desfavorável ao desenvolvimento das aulas de pronúncia, com poucos materiais multimidiáticos disponíveis para os trabalhos intensivos com a fala, o que gera desprestígio com os aspectos comunicativos interativos na LE;
- baixa importância da pronúncia na elaboração de *syllabus* e de materiais didáticos – As orientações são conduzidas para o desenvolvimento de habilidades de leitura e de escrita, apesar de que há formas diferentes de se enfrentar o paradigma da compreensão escrita. Em algumas escolas, pouco prestígio é dado à gramática e há o impulsionamento do emprego de estratégias de leitura, a saber, *skimming*, *scanning*, *previewing*, *predicting*, *clustering*, entre outras, com o objetivo de facilitar a compreensão do texto por parte dos aprendizes. Por outro lado, em determinadas escolas, há a valorização de conteúdos gramaticais como forma fundamental de se entender o texto;
- quantidade excessiva de aprendizes na sala de aula - Nas escolas observadas, o número de alunos por sala alcança, na maioria das vezes, mais do que quarenta alunos, principalmente, nas primeiras séries do Ensino Fundamental e Médio;
- número excessivo de turmas para os professores de LE, o que pode comprometer as pesquisas e o desenvolvimento de materiais que geram a comunicabilidade em sala de aula - Os docentes de quarenta horas assumem até treze turmas a fim de completar a carga horária de trabalho.

Apesar de os argumentos se revelarem contrários ao ensino-aprendizagem de pronúncia e ao desenvolvimento da compreensão oral dos aprendizes, há fundamento para que as aulas de pronúncia, direcionadas para os momentos de falar a língua

estrangeira, devem ser disponibilizadas aos aprendizes, pois como bem conclui Gilbert (1984): “os estudantes precisam entender e ser entendidos.” (tradução nossa)

Por ser componente importante para o ensino-aprendizagem de LEs, a pronúncia ganhou prestígio teórico-metodológico em várias abordagens. Nas tradicionais, com a pronúncia se busca o desenvolvimento da competência articulatória e do domínio de uma lista de fonemas em conformidade com os nativos.

Na abordagem comunicativa, a pronúncia é considerada parte indissociável do aprendizado de línguas estrangeiras, consistindo de elementos muito mais amplos do que apenas o conhecimento sobre a produção de fonemas no intuito de se aproximar à fala do nativo. A pronúncia inclui, entre outras coisas, a tonicidade, o ritmo e a entonação dependentes de contextos comunicativos e estes o falante deve dominar.

Na abordagem intercultural, a pronúncia se interrelaciona com elementos identitários dependentes de contextos culturais. As variações linguísticas passam a se tornar campo teórico-metodológico no estudo da pronúncia posto que a língua passa a ser compreendida no seu aspecto heterogêneo de funcionamento.

Contemporaneamente, o objetivo do ensino de pronúncia não deve ser o de atingir uma pronúncia igual a de falantes nativos, mas, como bem concluem Celce-Murcia, Brinton e Goodwin, (1996); Brown (2007) e Richards e Renandya (2008), o de atingir metas mais realísticas de desenvolver como princípios a inteligibilidade, a comunicabilidade e a autoconfiança entre os falantes a serem acionadas dentro e fora da sala de aula.

3 INTELIGIBILIDADE COMO FORMA DE ALCANÇAR A COMUNICABILIDADE E A AUTOCONFIANÇA EM AULA DE PRONÚNCIA

Em estudos de pronúncia, não se pode evitar o envolvimento com a Fonologia e a Fonética, todavia, aqueles necessariamente não devem ser orientados exclusivamente por essas disciplinas, pois alcançam o tempo e o espaço em que os sons da fala são produzidos e com que aquelas disciplinas tradicionalmente não se preocupam demasiadamente.

Por isso, estudar a pronúncia não envolve tão somente saber as descrições acústico-articulatórias dos sons e a conseqüente sistematização padronizada por meio de

alfabetos de transcrição a fim de captar estaticamente a fala, conforme propôs o Método Audiolingual, tampouco saber as mudanças de significados mediadas por determinados traços dos sons.

Saber sobre a natureza, a classificação, a descrição e a sistematização dos sons na cadeia da fala tem sido uma tarefa assumida tradicionalmente pelos vários ramos da Fonética e pela Fonologia (SMALL, 2005; MATZENAUER, 2005). Entretanto, entender os sotaques, as diferenças entre falares, o jeito e o porquê de se falar determinados sons em determinadas comunidades linguísticas têm-se mostrado adequados para os estudos de pronúncia e de interesse para o professor de línguas, pois envolve muito mais do que conhecimentos sobre traços físicos e fisiológicos dos sons, mas traços identitários e culturais.

Pagotto (2004) empreendeu estudos sobre a realização de oclusivas alveolares diante da vogal alta anterior [i], na comunidade linguística de Florianópolis, introduzindo conceitos da Variável Linguística trazidos da Sociolinguística sob o fundamento da heterogeneidade da fala e, conseqüentemente, da forma de produzir os sons articulados. Com isto, pôde estudar esses sons de forma a abordá-los pelo viés das identidades e dos fatores sóciohistóricos da comunidade linguística.

O objetivo desta tese é observar de que maneira o drama identitário que vive atualmente Florianópolis se vê refletido na realização das oclusivas alveolares diante da vogal [i]. (PAGOTTO, 2004, p.43)

Outros estudos de Pagotto (2004) em colaboração trazem perspectivas de análises interfonológicas comparativas que atualizam os estudos de pronúncia quando identificam semelhanças da vogal /a/ realizada em Florianópolis com aquela do Português de Portugal. Essas semelhanças podem ser entendidas, no campo da pronúncia, pelos conceitos de identidade que podem ser transportados para os de sotaques e de dialetos falados por distintas comunidades, formando as concepções sobre identidades linguísticas.

Está presente, na ideia de Pagotto (2004), que a identidade linguística também é construída mediante a realização e o uso dos sons que se revelam nas comunidades linguísticas, determinando reconhecimentos e valores culturais. O som da fala não traz tão somente os traços fisiológicos os quais os tornam compreensíveis e distintivos, mas

também carrega as identidades dos seus falantes. Esse dado eleva os conceitos de sons da fala, incluindo-os na agenda dos estudos de identidade e da Sociolinguística, formando o arcabouço para se compreender as distintas pronúncias, porque favorece a diversidade linguística em aulas de LEs, tanto a dos aprendizes, quanto a dos modelos de falantes trazidos pelos professores.

Assim, ensinar-aprender pronúncia do inglês em abordagem intercultural implica entender as várias pronúncias dessa língua desenvolvidas pelos diversos povos, não somente como L1, mas também como L2 e língua estrangeira, e muito mais do que isto, como cada comunidade linguística distintamente passa a realizar essa língua, naturalmente, com vários traços fonológicos.

Em 2000, J. Jenkins publicou estudo sobre a interfonologia do Inglês em contexto internacional cuja visão era entender as variações de pronúncia do inglês por falantes de outras línguas. Esses estudos problematizaram a pronúncia e propuseram uma série de mudanças na nomenclatura e na forma de pensar o ensino do Inglês ante a abordagem de língua em contexto internacional.

Na verdade, a pronúncia parece ter papel preponderante na problemática do inglês como língua internacional. Isto não é surpresa quando consideramos que variedades diferentes do inglês como segunda língua são caracterizadas pela transferência da pronúncia da primeira língua que pode variar marcadamente de uma variedade para outra. (JENKINS, 2000, p.19, tradução nossa)³

O estudo variacionista fonológico de Jenkins impôs alguns problemas a serem solucionados no campo do ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras quando o assunto se referir à pronúncia em contexto de língua internacional. Desta forma, em meio à diversidade de pronúncia, como deve se comportar o professor de LE?

O professor de LE, orientado por uma abordagem intercultural, entenderá que a diversidade é possível e garantirá o respeito às variadas formas existentes de pronúncia. Depois, compreenderá que a uniformização ou a padronização de pronúncia, como as pretendidas pelo *Received Pronunciation* – RP e pelo *General American Pronunciation*, já não mais satisfazem a necessidade de pronunciar uma

³ Indeed, pronunciation appears to play a very major role in problematic ILT. This is not surprising when one considers that the different L2 varieties of English are characterized by the transfer of L1 pronunciation features, which can vary markedly from one variety to another. (JENKINS, 2000, p. 19)

língua em um contexto de língua internacional. O professor não pode ser o guardião de uma pronúncia padrão, como sempre se quis.

A dificuldade de se visualizar o ensino-aprendizagem em contexto de língua internacional pelo viés da diversidade de pronúncia, incluindo-se as variedades dos falantes aprendizes, é vencida pelo conceito de inteligibilidade, abordado por Jenkins (2000), e que tem por esteio a Variação Linguística.

No conceito de inteligibilidade, Jenkins dá importância aos recursos contextuais que são mobilizados pelos falantes a fim de se comunicar, incluindo aí fatores históricos, geográficos, sociais e pessoais. Esses recursos são acionados particularmente pelos falantes mediante a algo contextual comum que reestabeleça a comunicação quando ruídos sobrevierem. Assim, comunicar é acionar a identificação do som, pois a fala possui esta base, mas o que se encontra externo aos aspectos puramente fonológicos também é acionado a fim de se alcançar a comunicação.

4- AULAS DE PRONÚNCIA EM CONTEXTOS DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: UM ESTUDO DA MODELAÇÃO POR ALOFONIA

Em observações realizadas em classes de LEs, na Universidade do Estado da Bahia, no município de Alagoinhas-BA, percebemos a variação de produções de sons articulados pelos aprendizes. Se for levado em consideração que a região observada pode receber alunos de diversas localidades da Bahia, representando diversas comunidades linguísticas, haverá, na sala de aula, a diversidade linguística a que o professor deverá perceber e com a qual ele terá que lidar.

Uma variante que nos chamou à atenção, produzida pelos falantes, em sala de aula, e que se traduz em alofonia, foi a realização das oclusivas /t/ e /d/ diante da vogal alta /i/. O que ocorreu, no sistema linguístico da sala, foi a variação na produção desses sons visto que a composição de falantes se mostrou linguisticamente heterogênea.

A alofonia observada foi a não palatalização dessas consoantes ante a vogal alta /i/ e muito comum nos falantes da Região de Identidade do Semiárido II, em contraste com a palatalização, ocorrida em falantes das Regiões de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano e Metropolitana de Salvador.

Momentaneamente, o que se pode falar sobre esse dado é se haverá também diversidade de pronúncia dessas consoantes na LE, quando forem produzidas por distintos falantes, na sala de aula, tomando por fundamento que a L1 modela a pronúncia da LE.

O que se pretende saber é se, em contextos silábicos similares na LE, haverá facilidades, pelos falantes que naturalmente produzem a palatalização na L1, na realização dessas consoantes na LE e, em contrapartida, se haverá dificuldades para aqueles que não a palatalizam na L1. Este ponto precisa ser mais aprofundado para que se tenham confirmações suficientes.

Por enquanto, o que se pode dizer é que, naturalmente, o falante de L1 identifica o som na cadeia da fala e processa a comunicação, sem restrição, podendo fazer inferências sobre o local de pertencimento do falante, identificando-o como não sendo daquela comunidade linguística. Entretanto, a comunicabilidade é mantida entre os falantes, não obstante pertencerem a comunidades linguísticas diferentes.

Assim, o que podemos depreender da construção de aulas de pronúncia em abordagem intercultural, é que os princípios da diversidade linguística devem ser respeitados e privilegiados, entendendo a sala de aula um local múltiplo de pronúncias e com diferentes articulações particulares, ponto que deve ser perseguido pelos professores interculturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de pronúncia e de oralidade deve ser atualmente a nova preocupação dos professores de LEs já que temos assistido pelas práticas pedagógicas atuais o afastamento continuado das habilidades de compreensão oral e o aprofundamento cada vez mais das habilidades de compreensão escrita justificado pelos exames nacionais e pelos vestibulares das universidades.

A retomada às aulas de compreensão oral e de pronúncia é urgente por estarmos cada vez mais imersos no mundo digital em que os alunos se integram às mais diversas comunidades linguísticas no mundo todo e essa diversidade chega à sala de aula onde o professor entra em contato. Entretanto, pensar em lidar com a diversidade de pronúncia na sala de aula requer cautela e exigibilidades do professor. Dentre as exigibilidades

existentes está o entendimento de que o ensino de categorias de pronúncia e de compreensão oral deve estar fundamentado no princípio da diversidade das existências, logo, implica pensar em coexistências nos sistemas linguísticos, respaldado intensamente na alofonia e em tantos outros fenômenos diversos no campo da fonologia. Isto reduziria as incompreensões e as orientações homogeneizadoras das formas de dizer e de compreender as línguas.

Sob o ponto de vista da cautela está o entendimento de que produzir formas faladas de línguas não contempla o aleatório, ao contrário, as línguas possuem os sistemas de compreensibilidade a que os falantes devem atender no momento de comunicação. Existem os limites da compreensibilidade oral que devem igualmente ser respeitados e este princípio está incluso nas abordagens interculturais.

Ensinar pronúncia é respeitar os limites que envolvem as formações fonológicas das línguas e conceber que essas são dependentes de diversas formas de experimentar o mundo linguístico pelos falantes, tanto da L1, quando da LE.

Neste trabalho, propusemos a reflexão de que ensinar pronúncia e compreensão oral sob a abordagem intercultural implica o pressuposto da coexistência linguística e que pronunciar outra língua revela identidades linguísticas, valores e formas diversas de experienciar a fonologia das línguas.

REFERÊNCIAS

BRILLINGER, K. **Techniques for Teaching Pronunciation**. Disponível em:

http://www.settlement.org/downloads/line/LCG1to5/p7tecniqs_teach_pronun.pdf

Acesso em: 5 Jun. 2018.

BROWN, D. H. **Teaching by principles: An interactive approach to language teaching pedagogy**. White Plains: Pearson Longman, 2007.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Didática crítica intercultural: aproximações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CELCE-MURCIA, M.; BRINTON, D. ;GOODWIN, J. **Teaching pronunciation: A reference for teachers of English to speakers of other languages**. New York: Cambridge University Press, 1996.



GILBERT, J. B. **Clear Speech**. New York: Cambridge University Press, 1994.

JENKINS, Jennifer. **The Phonology of English as an International Language**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MATZENAUER, C. L. Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, Leda (org). **Introdução aos estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

RICHARDS, J. C. ; RODGERS, T. S. **Approaches and methods in language teaching**. New York: Cambridge University Press, 2001.

RICHARDS, J.C.; RENANDYA, W. A. **Methodology in language teaching: an anthology of current practice**. New York: Cambridge University Press, 2008.

SMALL, L. H. **Fundamental of phonetics: a practical guide for students**. 2 ed. Boston: Bowling Green State University, 2005.

Recebido em: 11/03/2019

Aprovado em: 03/07/2019